

PROCESSAMENTO ELETRÔNICO PARA SECRETÁRIOS – ELETS

Competência técnica: Processamento
Conhecimentos relacionados: Processamento Eletrônico

Objetivo Geral

Propiciar aos secretários participantes o desenvolvimento de habilidades relacionadas à utilização de ferramentas próprias no processamento eletrônico.

Objetivos Específicos

- Conhecer funcionalidades essenciais do processamento eletrônico.
- Diferenciar os pronunciamentos do Juiz.
- Registrar os pronunciamentos do Juiz em sistema próprio de forma célere, correta e eficiente.
- Desenvolver as rotinas do processamento eletrônico direcionadas ao Gabinete do Juízo.
- Conhecer os mecanismos para expedição de mandado de prisão e alvará de soltura.
- Ter ciência da legislação e atos normativos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – TJRJ sobre processamento eletrônico e expedição de atos.

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, materiais de leitura, aulas práticas e recursos audiovisuais.

Conteúdo Programático

- Noções gerais de Processamento Eletrônico.
- Local virtual de documento e local virtual de processo.
- Pronunciamentos do Juiz.
- Realização de audiências.
- Banco Nacional de Mandado de Prisão – BNMP.
- Expedição de Mandado de Prisão.
- Expedição de Alvará de soltura.
- Distribuição por dependência.
- Utilização de Lembretes.
- Alteração de nome de um documento eletrônico.
- Índice de Notas.
- Requerimento de Protesto.

Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

Bibliografia

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 137/2011, de 13 de julho de 2011. Brasília, DF. Disponível em:

<http://www.cnj.jus.br/images/resolucoes/resolucao_gp_137_2011.pdf>.

Acesso em: 30 jun. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. DOFC - Diário Oficial da União. Brasília, DF, 13 out. 1941. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689Compilado.htm>.

Acesso em: 30 jun. 2018.

BRASIL. Lei Federal nº 11419, de 19 de dezembro de 2006. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 20 dez. 2006. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11419.htm>.

Acesso em: 30 jun. 2018.

BRASIL. Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>.

Acesso em: 30 jun. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Resolução nº 16/2009, de 30 de novembro de 2009. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

< <http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>>.

Acesso em: 30 jun. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ato Normativo nº 04/2009, de 03 de fevereiro de 2009. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

<<http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>>.

Acesso em: 30 jun. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ato Normativo Conjunto nº 12/2013, de 20 de maio de 2013. Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

< <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/18661/ato-normativo-conjunto-12.pdf>>.

Acesso em: 30 jun. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ato Normativo Conjunto nº 08/2015, de 13 de abril de 2015. Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

< <http://cgj.tjrj.jus.br/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/1017893/5207496>>.

Acesso em: 30 jun. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Ato Normativo Conjunto nº 76/2016, de 09 de junho de 2016. Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em:

< http://webfarm.tjrj.jus.br/biblioteca/asp/textos_main.asp?codigo=195180&de_sc=ti&servidor=1&iBanner=&iIdioma=0>.

Acesso em: 30 jun. 2018.

RIO DE JANEIRO (Estado). Aviso nº 1391/2015, de 01 de setembro de 2015. Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: < http://p-web01.mp.rj.gov.br/Arquivos/Clipping_Legislacao/2016/Fevereiro/aviso_cgj_n_1391_de_2015.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. Manuais de Processo Eletrônico. Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/intrav2/manuais/manuais/manuais-e-videos-do-processo-eletronico>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

Carga Horária

12 horas.

Atualização: 18/09/2018	Revisão: 01
-------------------------	-------------